Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

(RE)PENSANDO A TEORIA DA CULTURA MATERIAL

As 'Coisas' Enquanto Objeto de Estudo*

(RE)PENSANDO LA TEORIA DE LA CULTURAL MATERIAL

Las 'Cosas' Como Objeto de Investigación.

(RE)THINKING THE MATERIAL CULTURE

Theory: "things" as study subject.

*ALINE MARIA MÜLLER***
*RODRIGO LUIZ SIMAS DE AGUIAR****

RESUMO: A cultura material se revelou um interessante campo de estudo dentro das humanidades, fato que se nota pela expansão de textos acadêmicos dedicados à produção material dos povos. Mas houve momentos em que a cultura material era entendida somente como um apêndice ilustrativo de pesquisas cujo objeto principal era a vida social dos povos. Com o desenvolvimento teórico da Antropologia, o papel da cultura material nas sociedades foi revisado pelos antropólogos, que passam a apontar sua participação ativa na vida social, transcendendo a condição de mero objeto e, em alguns casos, manifestando agência.

Palavras-chave: Cultura Material; Teoria; Humanidades; Ciências Sociais.

RESUMEN: La cultura material se ha revelado un interesante campo de investigación dentro de las humanidades, hecho que se nota por la ampliación de textos académicos dedicados a la producción material de los pueblos. Pero hubo momentos en que la cultura material era tratada tan solamente como apéndices ilustrativos de investigaciones cuyo el objeto principal era la vida social de las poblaciones. Con el desarrollo teórico de la Antropología el papel de la cultura material ha sido revisado por los antropologos, que pasaron a apuntar la participación activa de los objetos en la vida social, transcendiendo a la condición de mero objeto y, por veces, manifestando agencia.

Palabras clave: Cultura material, Teoria, Humanidades, Ciencias Sociales.

ABSTRACT: The Material Culture becomes an interesting field of investigation among humanities. This fact is noted by the expansion of academic papers dedicated to the material production of human groups. But there were some moments that the material culture was understood only as an illustrative appendix of the researches that the main subject was the social life of communities. With the development of the anthropological theory the role of the material culture in human societies was reviewed by the anthropologists that start to point the active participation of material things in social life. The meaning of the material culture now overcome the condition of simple object and in some cases manifest agency.

Keywords: Material culture; theory; humanities; Social Science.

---

* Parte do conteúdo aqui apresentado integra a tese de doutorado de um dos autores.

** Doutora em Antropologia pela Universidade de Coimbra. E-mail: aline.muller@hotmail.com
** Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Professor associado de antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

1 Introdução

A cultura material, em nosso entendimento, seria o resultado da intervenção humana sobre uma ampla gama de matérias-primas disponíveis no ambiente para a produção de adornos, artefatos e utensílios. Este conceito, sem dúvida, é muito influenciado pela Arqueologia. Mas outras possibilidades de interpretar a forma como as 'coisas' materiais influenciam a vida social fizeram com que mais áreas das humanidades se dedicassem a estudar esta produção cultural, entre elas estão a Antropologia, a História e, mais recentemente, a Sociologia, com as propostas de Bruno Latour.

Entre idas e vindas, motivos e objetivos, a cultura material foi se cristalizando como potencial área de estudo, desde a formação de coleções e gabinetes de curiosidades, ainda no século XVI, até a parafernália digital do século XXI. Este trânsito permitiu a constituição de uma grande quantidade de reflexões teóricas e propostas metodológicas, fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria da cultura material. Ainda assim, as discussões sobre uma teoria da cultura material e, mais, sobre uma história do estudo da cultura material, são pouco frequentes, especialmente no Brasil.

Este texto tem por objetivo contribuir com o debate acerca da cultura material enquanto objeto de estudo, ilustrando alguns percursos históricos e apresentando potenciais métodos empregados para se investigar a materialidade da produção humana.

2 O interesse pela cultura material como fonte de informação sobre as sociedades humanas

Coleções de valor etnográfico foram formadas e mantidas desde tempos remotos. O *Musaeum*, templo dedicado às musas em Alexandria, era considerado a casa das artes e da filosofia, abrigando textos e peças de arte provenientes dos rincões do mundo antigo. Romanos também colecionavam objetos vindos das mais remotas partes de seu império, numa mostra de poder e prestígio. Na Europa renascentista, os gabinetes de curiosidades eram moda, abrigando desde artefatos de cunho etnográfico a animais taxidermizados, fósseis ou amostras geológicas. Assim, colecionar objetos de outros povos passou a ser uma prática entre nações do velho mundo.

As práticas de coleta de objetos se intensificaram com as frentes de expansão colonial. Com isso, a História Natural ocupou posição de destaque nas produções acadêmicas dos séculos XVIII e XIX, quando dos impérios partiam expedições a fim de explorar terras distantes, como as do Novo Mundo. As expedições que levavam naturalistas tinham o objetivo de trazer a tona conhecimentos sobre a botânica, zoologia, clima, bem como dos povos que habitavam as terras distantes. Portanto, não se pode negar a importância destas expedições para a formação de um conhecimento antropológico inicial, que mais tarde serviria de base para os primeiros ensaios de

Antropologia de cunho evolucionista, onde predominava o trabalho de gabinete. É deste período o britânico Edward Brunnet Taylor, considerado o pai da Antropologia e o primeiro a definir o termo 'cultura'.

Das expedições científicas resultaram acervos etnográficos de notável valor para o conhecimento acerca de sociedades humanas que habitavam terras tão distantes das metrópoles, onde o saber científico daquela época era construído. A Coleção Etnográfica da Universidade de Coimbra (figura 1) é um exemplo. Estes objetos, por seu turno, assumiram novos significados a partir do momento em que foram transportados de seus contextos etnográficos de origem, convertendo-se em mecanismos de formação e de informação acadêmica. Um exemplo disso é a Coleção Etnográfica da Universidade de Coimbra, com objetos oriundos das ex-colônias portuguesas. Uma visita ao acervo é suficiente para vermos como os objetos assumem novos significados a partir do momento em que são transportados de seus contextos etnográficos de origem. As tampas de panela da coleção de Angola são um exemplo: originalmente serviam como forma de comunicação simbólica, como sentimentos da esposa para com seu marido ou ainda conselhos de mães para filhas e filhos; ao integrar a coleção da universidade, números foram pintados ao lado de cada um dos símbolos, como método de classificação. Assim, o contexto de comunicação simbólica recebeu ressignificações, como objeto exótico de povos distantes que incorporam uma coleção e auxiliam a sustentar representações e imaginários acerca dos povos autores; ou ainda na condição de peça científica, processada, analisada, classificada, a fim de contribuir com a formação de um conhecimento acadêmico.

As expedições deveriam contar com imenso planejamento e, neste quesito, muito dos procedimentos de gestão foram propostos por Banks, conforme relata Miller (1996). Joseph Banks, aventureiro, empresário e naturalista, ficou reconhecido pelas expedições que participou, dentre elas a que acompanhou o famoso capitão Cook. A união de esforços de Joseph Banks e James Cook permitiu a formação de um conhecimento detalhado sobre vários territórios, que resultou em uma coleção de catorze volumes. Apesar de Banks não ter participado diretamente de todas as três expedições de Cook, exerceu forte influência sobre elas.

Banks detinha um conhecimento que aliava teoria e prática. Nascido em Londres, a 24 de fevereiro de 1743, pertencia a uma família de posses. Apesar de ter frequentado Oxford e Chelsea, não chegou a obter certificado de estudos. Mesmo herdando a fortuna da família e as responsabilidades que esta requeria, manteve o interesse pela ciência e pela história natural. De sua expedição a Terra Nova e Labrador, publicou as primeiras descrições de plantas e animais daquele lugar. Mas foi com Cook, a bordo do navio Endeavour que Banks realizou seu maior trabalho, passando por Taiti, Nova Zelândia e Austrália. Em 1778 passa a ocupar a presidência da Royal Society, posto o qual esteve a frente por mais de 40 anos, até seu falecimento em 1820.

Miller (1996) deixa claro que Banks, ainda que pese seu papel como naturalista, teve seu maior mérito como empreendedor. O naturalista não só levantou coleções, como as geriu desde sua casa em Soho. Sua casa se converteu no que

Latour (1987) vai chamar de 'centro de cálculo', locais onde eram depositados os materiais levantados nas expedições, amostras estas que teriam por característica serem 'móveis', 'estáveis' e 'combináveis'. Para que os centros de cálculo cumprissem seus papéis era preciso disciplinamento de pessoas e instituições para trabalharem em conjunto. Miller (ibid) destaca que um centro de cálculo se caracteriza como uma instituição onde o foco está no ciclo de acumulação e que possui o poder de manter seus status disciplinando indivíduos e instituições através de um amplo espectro da sociedade. No entanto, os processos de acumulação, cálculo e exercício do poder não devem ser considerados em separado, pois cada qual existe em função dos outros. Foi o que efetivamente Joseph Banks conseguiu.

Os interesses colonialistas, sem dúvida, foram motivadores de expedições naturalistas, mas não únicos. As universidades tinham grandes expectativas científicas com tais expedições. Também havia uma intensa discussão sobre o destino dos povos das colônias. Conforme nos aponta Angel Espina Barrio (2005), os contatos com os povos americanos pelas metrópoles portuguesa e espanhola deram início à formação de um conteúdo de grande interesse antropológico com os chamados 'cronistas de índias'. Mary Louise Pratt (1986) compara os textos acadêmicos contemporâneos com os relatos históricos de viajantes e, tomando alguns exemplos, como o de Hans Staden e seu cativeiro entre os Tupinambá, enfatiza como vários destes relatos de viagens são tão ricos em detalhes sobre a vida social dos povos quanto muitos textos etnográficos atuais. Para Pratt, os textos etnográficos profissionais, ao transitar as narrativas das experiências pessoais entre o utópico da era malinowskiana e o anti-utópico presente nos textos de Evans-Pritchard, demonstram como a tão almejada imparcialidade é uma meta inatingível e como os produtos textuais dos etnólogos podem ser alvo de críticas em razão de sua contaminação semântica. Ou seja, não se pode abdicar dos relatos de viagens como fonte de informação de grande valor antropológico e uma pretensa "descontaminação" almejada pela ciência não passou de uma promessa ingênua.

A preocupação com o desaparecimento dos nativos foi outro forte motivador da formação de coleções etnográficas, ao mesmo tempo em que os estudiosos dentro das universidades europeias estavam ocupados com a montagem de esquemas de evolução social, difusão cultural, aculturação e mudanças (TILLEY *et all*, 2006). Os primeiros trabalhos de recolha de material de valor para a Antropologia acadêmica recuam até o século XVI, a partir do interesse na formação de acervos de cunho naturalista (AMARAL *et al*, 2015).

Figura 1. Foto histórica da Coleção Etnográfica da Universidade de Coimbra. Autoria de Augusto Bobone.



Fonte: [http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/galeria/augustobobone1]. Acesso em 14/03/2016.

Em Portugal cabe destacar que a Antropologia teve grande impulso em Lisboa com a figura do médico e antropólogo Francisco Ferraz de Macedo, promovendo reflexões antropológicas de viés evolucionista e naturalista, especialmente na Antropometria e Antropologia criminal (SANTOS, 2015). Mas o mais destacado naturalista português (brasileiro de nascença, radicado em Portugal) foi Alexandre Rodrigues Ferreira.

A coleção brasileira, formada por Alexandre Rodrigues Ferreira, chega à Universidade de Coimbra quando de um novo contexto nos estudos universitários, impulsionado pelo movimento de renovação intelectual da época, fator decorrente da influência exercida pelas ciências de observação (MARTINS, 1985). Alexandre Rodrigues Ferreira foi um importante naturalista que trouxe à coleção etnográfica da Universidade de Coimbra objetos de inestimável valor antropológico, oriundos de etnias que contatou ao longo de sua jornada por terras brasileiras, nos estados de Pará (Grão Pará, que também inclui o Amazonas), Mato Grosso (que à época abrangia Rondônia e Mato Grosso do Sul), Goiás e Minas Gerais. O Museu e Laboratório Antropológico da

Universidade de Coimbra publicou uma edição denominada 'Memória da Amazônia' que abordou a obra de Ferreira (AREIA *et al*, 1991).

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira passou por sérios problemas de ordem financeira. Inicialmente composta por matemáticos, químicos, militares e professores, ficou reduzida ao próprio Alexandre, um jardineiro botânico e dois riscadores, além da redução drástica de equipamentos, o que pode ter gerado problemas nas amostras e na classificação (RAMINELLI, 1998).

A formação das coleções de interesse antropológico (como é o caso da Universidade de Coimbra) levavam em conta os valores propagados pelos grandes teóricos da época. Haviam roteiros normativos para as expedições e, no caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, este deveria seguir as "*Breves Instrucçoens aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa"*, mas, segundo critica Raminelli (ibid), o naturalista preferiu se ater aos interesses políticos da administração, decisão que teria reflexo no aspecto científico do trabalho. Ainda que pesem todas as críticas, que em nosso entendimento às vezes são exageradas, os esforços de Alexandre Rodrigues Ferreira resultaram em uma coleção de valor etnográfico absolutamente inestimável.

Devemos levar em conta que todo o material coletado por Alexandre Rodrigues nunca foi processado pelo mesmo e, segundo Nuno Porto, na apresentação de *Viagem ao Brasil*, "as coleções mantiveram-se no esquecimento durante quase duzentos anos" (FERREIRA, 2005: Vol. 2, p. 07). Hoje, depositados no acervo da Universidade de Coimbra, os objetos coletados na expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira constituem um acervo fabuloso sobre os indígenas brasileiros do período colonial. Sobre as máscaras Jurupixuna, Maria do Rosário Martins e Maria Arminda Miranda (1985: 205) escrevem que "Mais do que a descrição exaustiva e considerações de caráter estético, realçamos o seu valor como elemento simbólico e ritual, para além de sua simples função de máscara, de formas tão diversificadas e significações tão diferentes". Mas, a verdade é que o uso destas máscaras, especialmente na forma ritual e cosmológica, é uma incógnita, haja vista a carência de descrições relacionadas aos objetos. Além disso: "Notáveis pela audácia expressionista com que logram demudar uma cabeça humana em peixe, sapo ou anta, essas máscaras contam-se entre as melhores concreções plásticas de uma cosmologia transpassada pelos intercâmbios entre o homem e o animal [...]" (SAEZ, 2004: 254).

Na Universidade de Coimbra, a cadeira de Antropologia surgiu em 1885 na Faculdade de Filosofia, sendo ocupada por Bernardino Machado até 1907. Destaca-se que o "ensino das matérias de Antropologia apareceu desde o início muito ligado ao Museu de História Natural que vai, ele próprio, evoluir no sentido de aí se organizar uma secção didáctica que apoiará o ensino da antropologia" (AREIA & ROCHA, 1985: 14). A figura 2 nos dá uma ideia de como eram os trabalhos de Antropologia no Museu de História Natural da Universidade de Coimbra.

Figura 2. Trabalhos de craniometria no Museu de História Natural da Universidade de Coimbra na transição entre os séculos XIX e XX



Fonte: AREIA & ROCHA, 1985: 17

Com o surgimento da etnografia e da observação participante, proposta por Malinowski na década de 1920 a partir de sua experiência entre os nativos das ilhas Trobriand (MALINOWSKI, 1978), houve uma mudança no interesse da cultura material para os estudos antropológicos. As pesquisas de cunho funcionalista e, mais tarde, aquelas orientadas pelo funcional-estruturalismo, focaram nos aspectos da organização social. A cultura material assumiu um papel coadjuvante, conteúdo ilustrativo complementar aos estudos antropológicos. Em seu livro sobre os nativos das ilhas Andaman, Radcliffe Brown (2013) relega a cultura material a um apêndice – *Appendix A*, denominado *The Technical Culture of the Andaman Islander*. Este tipo de produção reflete a nova Antropologia que surgia, onde a cultura material, ainda que citada nos estudos, não mais era o objeto principal. Igualmente inegável é a forte influência colonialista que permeava a produção antropológica durante boa parte do século XX, como avalia Pratt usando o percurso discursivo de Evans-Pritchard como exemplo: “This is first contact in a fallen world where European colonialism is a given and native and white man approach each other with joyless suspicion” (PRATT, 1986: 40).

Retomando a questão da cultura material, a disciplina que manteve intacto seu interesse por este elemento da cultura humana foi a Arqueologia, claro, já que

os remanescentes materiais são sua fonte privilegiada de informação. Entretanto, a Arqueologia manteve um entendimento de que a cultura material atuava como ferramenta de adaptação humana ante as pressões do ambiente, ao mesmo tempo em que expressa marcadores sociais, seja de status ou de diferenças étnicas. Uma visão ainda restrita diante de toda a potencialidade que o estudo da cultura material poderia oferecer. A Arqueologia foi a primeira a propor classificação dos objetos por suas características, relacionando permanências no estilo com marcadores étnicos. Os trabalhos de Winckelmann com a arte helenística seguiram esta linha: propôs categorias de estilo para fins de montar um grande esquema de classificação que diferenciava a arte grega, greco-romana e romana, sendo assim considerado um dos pais da Arqueologia (CERAM, 1972). A tecnologia e a matéria prima empregada na produção dos artefatos também são elementos caros à Arqueologia, sendo que este tipo de estudo remonta aos trabalhos de Thomsen no Museu Nacional da Dinamarca, de onde resultou a tradicional classificação em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro (GAMBLE, 2001). Estes sistemas de classificação constituem até hoje o fundamento da Arqueologia.

Entre 1940 e 1960, a Antropologia sofre novamente transformações significativas em seus pressupostos teóricos metodológicos. O Estruturalismo de Levi-Strauss ganha destaque, abrindo um novo campo para a dimensão simbólica. Sua estada entre os *Kadiwéu* em terras brasileiras do então Estado de Mato Grosso (hoje em Mato Grosso do Sul), no ano de 1935 levantou, a partir da arte desta etnia, novas perspectivas de se estudar a cultura material. Os registros desta passagem foram descritos vinte anos depois em Tristes Trópicos (LEVI STRAUSS, 1996). É Levi Strauss que vai ver a cultura material como ‘boa de pensar’.

A Arte Primitiva, de Franz Boas (1996), livro originalmente publicado em 1927, também ganhou espaço no meio acadêmico e mostra a cultura material como potencial objeto de estudo, distanciando-se neste aspecto das tendências funcionalista e funcional-estruturalista de sua época. Para Boas, a estabilidade das formas artísticas nas sociedades tradicionais estaria relacionada com a história particular de cada etnia, ao mesmo tempo em que seria o resultado de processos motores padronizados que definem claramente o estilo tão peculiar de cada grupo. Assim, os artefatos passam a ser vistos como fortes elementos diacríticos, cuja produção é regida por estatutos de etnicidade.

Se a Antropologia volta a refletir sobre a cultura material e seus desdobramentos simbólicos, a Arqueologia, por sua vez, sustenta os referenciais processualistas que limitam as possibilidades de interpretação dos artefatos, tônica que transcende a década de 1960. Ao mesmo tempo, os estudos marxistas despontam traçando considerações de como a cultura material estaria atrelada aos processos de produção, consumo e trocas, formando uma vertente mais no estudo da materialidade (TILLEY *et al*, 2006).

3. Cultura material e o conceito de agência

A partir da década de 1980 e, principalmente, década de 1990, a cultura material retorna às aspirações investigativas dos antropólogos, sendo vista como campo privilegiado de estudo. A obra de Alfred Gell (1998) inaugura uma nova perspectiva sobre o estudo das produções materiais ao propor que objetos podem ser portadores de agência. Assim, Gell abre as portas para se entender os objetos não como meros produtos materiais, mas como elos que integram a forma como o ser humano constrói sua vida social, e mais, como estes se tornam agentes na medida em que alteram o fluxo da sociedade. Na busca de um conceito de agência, o proposto por Laura M. Ahearn parece deveras interessante: 'agência como a capacidade socioculturalmente mediada de agir' (AHEARN, 2001: 112). Este conceito, segundo Janet Hoskings (2006), não estaria restrito a pessoas, mas incluiria espíritos, máquinas, sinais ou entidades coletivas, entre outros.

A ideia de agência influenciou os subsequentes trabalhos em Antropologia e história da arte, mas a obra de Gell não passou livre de críticas. A rejeição em Art and Agency à ideia de que a arte material estaria atrelada aos conceitos de índice, ícone e símbolo, levou Robert Layton (2003) a tecer duras críticas a Gell. De fato, Gell via o objeto artístico como elo na teia de relações sociais constituídas por meio de sua agência, mas rejeitava que estes poderiam comunicar ideias, raiz da crítica de Layton, um defensor da aplicação do estruturalismo e da semiótica no estudo da cultura material. Howard Morphy (2012) assinala que a atribuição de agência a objetos pode desviar a atenção da agência humana, já que os objetos podem manifestar agência por extensão de seus portadores.

Ainda que pesem as críticas, Gell abre um novo caminho para o entendimento do papel da cultura material nas sociedades. A partir do perspectivismo ameríndio, difundido no Brasil por Viveiros de Castro (2014), percebemos a conexão entre agência e a participação de coisas e seres não humanos na vida social. No perspectivismo, entende-se que animais e objetos podem ser dotados de características que na sociedade ocidental são tidas como exclusivamente humanas, como intencionalidade, desejos ou paixões. Nas próprias palavras de Viveiro de Castro, o perspectivismo se refere a uma "concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos" (VIVEIROS DE CASTRO, 1996: 115).

A partir dessas contribuições, a Antropologia passa a ver os objetos como portadores de significados, sendo que esta significação se altera quando o mesmo é transportado de um contexto social a outro. Diferentes sociedades podem atribuir valores e usos distintos ao mesmo objeto, criando camadas de significados que são depositadas cada vez que o objeto muda de contexto social. O mesmo pode acontecer no universo acadêmico: percebemos que os objetos, quando passam a integrar coleções de laboratórios e museus, recebem novas camadas de significados,

resultado da formação de um conhecimento científico que, dependendo da perspectiva, pode ser visto como outra forma de cosmologia.

4. A perspectiva biográfica no estudo da cultura material

A perspectiva biográfica, abordada tanto por Appadurai (2008) como por Hoskins (2006), permite entender o objeto como uma peça a mais na trama social, distanciando-se assim da mera condição de artefato. Para Appadurai (ibid), os objetos, que por ele são analisados na forma de mercadoria, possuem uma história e uma vida social, desde a sua produção até o seu destino final. Um objeto não é meramente um reflexo de sua forma material, mas fruto de todo o contexto histórico e cultural a que está submetido e a mercantilização surge como uma variável neste processo. São múltiplos valores: de uso, de troca, de simbolismos. O mesmo objeto pode inclusive ser tratado como mercadoria em uma situação e não em outra. Assim, a abordagem biográfica pode se converter num método para revelar as camadas de significados atribuídas aos objetos quando estes são submetidos a diferentes contextos sociais. Kopytoff (2008) ressalta as indagações que devem ser feitas quando do registro da biografia de um objeto: De onde vem o objeto e quem o fabricou? Qual foi seu percurso até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para este tipo de coisa? Quais são as idades ou fases da vida reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para ela? Como mudam os usos do objeto conforme ele fica mais velho, e o que acontece quando sua utilidade chega ao fim?

Para Hoskins (2006), traçar a biografia de um objeto envolve duas abordagens: uma de cunho antropológico, que começa com a pesquisa etnográfica e que, assim, tenta compor uma narrativa de como determinados objetos são percebidos pelas pessoas a quem estão ligados; e outra de cunho histórico, que empenha esforços para “interrogar objetos”, começando com pesquisas históricas ou arqueológicas, tentando, assim, fazer com que objetos mudos “falem”, colocando-os em um contexto histórico, inclusive ligando-os a fontes escritas, como diários, inventários de lojas ou registros comerciais.

Agora, se pensarmos em objetos do tipo “artesanato”, que envolvem a projeção de conceitos sociais sobre as etapas de produção, veremos que o artesão trabalha sobre possibilidades de escolhas que estarão diretamente relacionadas a fenômenos de etnicidade, o que recebe a denominação de abordagem isocréstica de estilo (Gamble, 2001). Gamble, então, propõe levantar a biografia dos objetos por meio de seis palavras-chave: produção, função, contexto, intercâmbio, consumo e transformação. Tal abordagem reforça a percepção de que objetos têm história, ciclos de vida e participam de outras vidas.

5. Cultura material e pós-modernidade

Os conceitos de pós-modernidade e hipermodernidade promoveram outra transformação substancial na maneira como percebemos os artefatos dentro de um cenário social ou etnográfico. A primeira condição foi desconstruir a perspectiva antropocêntrica, considerando a participação de outros potenciais "atores", como animais, seres sobrenaturais, entidades, objetos, organizações, como capazes de influenciar o fluxo da vida social tanto quanto os atores humanos, algo que, como vimos, já vinha sendo feito pelos adeptos do perspectivismo. Para tanto, é forjado um novo termo para se referir a todos estes participantes da vida social: os "actantes" (LATOUR, 1996; 2007).

Latour (1996) sustenta que as ciências sociais incorreram em erro ao perceber a sociedade de forma métrica através de dicotomias: superfície *vs* profundidade, próximo *vs* distante, pequena escala *vs* grande escala, dentro *vs* fora, e assim por diante. A sociedade seria sim um capilar amorfo que possui tantas dimensões quanto conexões e a importância de um elemento estaria justamente na quantidade de conexões que controla.

Ao abandonar nossa conceituação métrica do universo (tanto físico como social) a Teoria Ator Rede aproxima as ciências sociais das ciências naturais, especialmente através da Teoria do Caos e de certos enunciados da física quântica. Quando o matemático Edward Lorentz, ao testar um modelo para previsão meteorológica, fez diminutas alterações nas equações esperando obter pouco efeito nos resultados, não esperava o que estaria por se revelar: estas ínfimas alterações aleatórias produziram diferenças gigantescas. Tal fenômeno ficou conhecido como "efeito borboleta" que se tornou um dos fundamentos da teoria do caos.

Tal e qual o modelo de Lorenz, alterações no mundo social, não importa quão diminutas ou aleatórias sejam, podem trazer resultados vultosos e imprevisíveis. No caso das sociedades, as variáveis são os actantes, que podem ser humanos ou não humanos, materiais ou imateriais, todos observados desde um mesmo grau de importância. John Law não chega a dizer que humanos e objetos tem o mesmo status, como Bruno Latour propôs, mas assevera que "...se os seres humanos formam uma rede social, isto não é porque interagem com outros seres humanos. É porque eles interagem com seres humanos e muitos outros materiais também" (LAW, 1992: 03). As interações, ou conexões, derrubam a noção de distância, sendo que para tanto Latour usa este exemplo: alguém ao telefone pode estar mais próximo de uma pessoa que está do outro lado da linha, há milhares de quilômetros, do que daquela que está justo ao seu lado.

Em nossa percepção, noções de tempo, espaço, dimensão, estrutura, precisam ser redimensionadas ao avaliar os estudos acerca de grupos humanos. E, ainda mais importante, é necessário repensar o papel dos actantes não humanos, evocando os estudos em cultura material como parte relevante para as ciências sociais sob a luz da pós-modernidade ou da hipermodernidade. Se na física quântica já falamos sobre a possibilidade de existência de multiversos, derrubando nossa ilusão de habitar um

universo, a modo de mito da caverna, quiçá as ciências sociais precisem pensar em múltiplos universos sociais, onde cada actante pode se comportar de uma maneira dependendo do prisma ou da interferência do observador, algo em muito parecido com a dualidade onda-partícula atribuída ao comportamento dos fótons.

6. Conclusão

O interesse acadêmico pela cultura material como fonte de informações sobre sociedades humanas teve início quando da formação dos gabinetes de curiosidades, mas é no século XIX que ganha espaço destacado, com a consolidação dos 'trabalhos de gabinete' de cunho evolucionista. Com o advento da etnografia, no início do século XX, a cultura material passa a ser vista de forma complementar aos estudos antropológicos, focados nas estruturas sociais. O interesse pela cultura material como objeto de estudo vai ser renovado somente no final do século XX, quando aparece o conceito de agência e a perspectiva biográfica, abrindo novos caminhos para a interpretação da materialidade como elemento de identidade social e étnica e permitindo entender os objetos como elementos ativos na vida social. Tal perspectiva vai ser renovada e reformulada com a Teoria Ator-Rede, onde os objetos passam a ter o mesmo status de pessoas dentro do cenário social. Com isso, é renovado o interesse pelo estudo da produção material entre diferentes disciplinas acadêmicas. Dito isso, fica evidente a necessidade de se consolidar uma Teoria da Cultura Material e este artigo busca, justamente, contribuir com o debate sobre as teorias que abordam as produções materiais nos universos sociais.

Referências bibliográficas

AHEARN, L. M. Language and agency. *Annual Review of Anthropology*, nro. 30, 2001, p. 19–37.

AMARAL, A. R.; MARTINS, M. R. & MIRANDA, M. A. *O contexto museológico da antropologia na Universidade de Coimbra:* Uma síntese histórica (1772-1933), Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

APPADURAI, A. *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural, Niterói: EDUFF, 2008.

AREIA, M. L. R.; MIRANDA, M. A. & HARTMANN, T. *Memória da Amazônia:* Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Mato Grosso e Cuyabá – 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991.

AREIA, M. L. R. & ROCHA, M. A. T. O ensino da Antropologia. In: *Cem anos de Antropologia em Coimbra*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1985, p. 13-60.

BOAS, F. *Arte Primitiva*, Lisboa: Fenda, 1996.

CERAM, C. W. *Deuses, túmulos e sábios*: o romance da arqueologia. Biblioteca do Exército, 1972.

ESPINA BARRIO, A. B. *Manual de Antropologia Cultural*, Recife: Editora Massangana, 2005.

FERREIRA, A. R. *Viagem ao Brasil*. Brasil: Academia Brasileira de Ciências e FINEP, 2005.

GAMBLE, C. *Archaeology*: the basics, Londres: Routledge, 2001.

GELL, A. *Art and agency:* an anthropological theory. Oxford University Press, 1998.

HOSKINS, J. Agency, Biography and Objects. *In*: Christopher Tilley et all. *Handbook of material culture.* Londres: Sage, 2006, p. 74-86.

KOPYTOFF, I. A biografia culturaldas coisas: a mercantilização como processo. *In*: Arjun Appadurai, *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural, Niterói: EDUFF, 2008, p. 89-121..

LAYTON, R. Art and Agency: a reassessment. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, N. 9, 2003, p. 447-464.

LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LATOUR, B. (1996). On actor-network theory: A few clarifications. *Soziale welt*, n. 47, 1996, p. 369-381.

LATOUR, B. *Science in Action:* How to Follow Scientists and Engineers through Society. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LAW, J. (1992). *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade*. 1992. (Disponível em: http://www.necso.ufrj.br. Acesso em: 03 de maio 2017).

LEVI STRAUSS, C. *Tristes Trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova guiné Melanésia.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, M. R. As colecções etnográficas. In: *Cem anos de Antropologia em Coimbra*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1985, p. 117-148.

MARTINS, M. R. & MIRANDA, A. M. As máscaras brasileiras. In: *Cem anos de Antropologia em Coimbra*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1985, p. 195-206.

MILLER, D. P. Joseph Banks, empire, and 'centers of calculation' in late Hanoverian London. In: *Visions of Empire*: voyages, botany and representations of nature. Cambrige: CUP, 1996, p. 21-37.

MORPHY, H. Arte como um modo de ação: alguns problemas com Art and Agency de Gell. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, N. 3, 2011, p. 225-247.

PRATT, M. L. Fieldwork in common places. In: James Clifford & George E. Marcus. *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 27-50.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *The andaman islanders*. Cambridge University Press, 2013.

RAMINELLI, R. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Tempo*, (6), 1998, p. 157-182.

SAEZ, O. C. Índios no Grand Poiais. *Ilha Revista de Antropologia*, vol. 6, n. 1 e 2. 2004, p. 253-257..

SANTOS, G. D. *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M., & SPYER, P. (Eds.). *Handbook of material culture*, Londres: Sage, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem*, São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Vol. 2, N.2, p. 115-144. 1996.

Recebido em julho de 2021.
Aprovado para publicação em dezembro de 2021.